

- a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de outubro de 2017;
- b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 2 de outubro de 2017;
- c) início das Obras Civas das Estruturas: até 1º de novembro de 2017;
- d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de novembro de 2017;
- e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 10 de novembro de 2017;
- f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de dezembro de 2017;
- g) obtenção da Licença de Operação: até 28 de fevereiro de 2018;
- h) início da Operação em Teste da 1ª à 5ª Unidade Geradora: até 1º de março de 2018;
- i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de março de 2018; e
- j) início da Operação Comercial da 1ª à 5ª Unidade Geradora: até 1º de abril de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 3.370.495,50 (três milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Uburanas 11;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Uburanas 11, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Uburanas 11

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	218.777	8.815.358
2	218.827	8.815.667
3	218.894	8.816.002
4	218.945	8.816.338
5	219.005	8.816.664

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 408, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000318/2014-21, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Colônia, de titularidade da empresa Central Geradora Eólica Colônia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.476.958/0001-70, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Central Geradora Eólica Colônia S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Geradora Eólica Colônia S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a extinção da outorga da EOL Colônia, tendo em vista a autorização para Operação Comercial a partir de 19 de junho de 2014.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 5º A Central Geradora Eólica Colônia S.A. e a sociedade controladora responsável pela emissão de debêntures, esta naquilo que couber, deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Colônia.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 03/2009-ANEEL (Energia de Reserva), realizado em 14 de dezembro de 2009.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 616, de 6 de julho de 2010.	
Titular	Central Geradora Eólica Colônia S.A.	
CNPJ/MF	11.476.958/0001-70.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social:	CNPJ/MF:
	Ventus Energias Renováveis S.A.	15.362.012/0001-33.
Localização	Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 18.900 kW, composta por nove Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.000318/2014-21.	

PORTARIA Nº 409, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000317/2014-86, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Taíba Águia, de titularidade da empresa Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.477.009/0001-04, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a extinção da outorga da EOL Taíba Águia, tendo em vista a autorização para Operação Comercial a partir de 19 de junho de 2014.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 5º A Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A. e a sociedade controladora responsável pela emissão de debêntures, esta naquilo que couber, deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Taíba Águia.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 03/2009-ANEEL (Energia de Reserva), realizado em 14 de dezembro de 2009.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 608, de 1ª de julho de 2010.	
Titular	Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	
CNPJ/MF	11.477.009/0001-04.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social:	CNPJ/MF:
	Ventus Energias Renováveis S.A.	15.362.012/0001-33.
Localização	Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 23.100 kW, composta por onze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.000317/2014-86.	

PORTARIA Nº 410, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º, § 2º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e o que consta do Processo nº 48000.001247/2014-83, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 206, de 12 de junho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º
Parágrafo único.

V - refino de petróleo;

VI - prestação dos serviços locais de gás canalizado, nos termos do art. 25, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil; e

VII - produção de etanol." (NR)

"Art. 2º
.....

II - Ato de Outorga de Autorização, Concessão ou ato administrativo equivalente e respectivo cronograma de implantação do projeto proposto aprovado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, para as atividades elencadas nos incisos I a V e VII, do parágrafo único, do art. 1º;

"....." (NR)
"Art. 4º

I - extinção da outorga de concessão, autorização ou ato administrativo equivalente das atividades elencadas nos incisos I a V e VII, do parágrafo único, do art. 1º; ou

"....." (NR)
"Art. 5º A ANP deverá informar, ao Ministério de Minas e

Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre a região onde se situa a matriz da empresa titular do projeto, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do mesmo na forma aprovada em Portaria, e que se enquadrem nos incisos I a V e VII, do parágrafo único, do art. 1º." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

RETIFICAÇÕES

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 4.677, 20 de maio de 2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, publicada em resumo no DOU do dia 13 de junho de 2014, Seção 1, pág. 51, onde se lê "com 111.000 kW de capacidade instalada", leia-se "com 16.000 kW de capacidade instalada".

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 4.676, 20 de maio de 2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, publicada em resumo no DOU do dia 13 de junho de 2014, Seção 1, pág. 51, onde se lê "com 111.000 kW de capacidade instalada", leia-se "com 51.000 kW de capacidade instalada".

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 4.674, 20 de maio de 2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, publicada em resumo no DOU do dia 13 de junho de 2014, Seção 1, pág. 51, onde se lê "com 111.000 kW de capacidade instalada", leia-se "com 114.000 kW de capacidade instalada".

Na Resolução Autorizativa nº 4.672, de 20 de maio de 2014, publicada em resumo no DOU do dia 13 de junho de 2014, Seção 1, pág. 51, e na íntegra da REA nº 4.672/2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "UTE Univalem", leia-se "UTE Univalem Bioenergia".

Da Resolução Homologatória nº 1.745, de 24 de junho de 2014, publicada no D.O. n. 119, de 25 de junho de 2014, Seção 1, página 66, constante do Processo n. 48500.000595/2014-01, alterar a redação do art. 10 para retificar o valor que deverá ser repassado à Rio Grande Energia S.A. - RGE pela Eletrocar e corrigir a redação do seu parágrafo único.

Onde se lê:

Art. 10. Fixar o valor de R\$ 523.813,24 (quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e treze reais e vinte e quatro centavos), atualizado pelo IGP-M e inclusos PIS/Pasep e Cofins, que deverá ser repassado à Rio Grande Energia S.A. - RGE pela Eletrocar, em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de julho de 2014, referente ao passivo financeiro previsto no art. 5º da Resolução Normativa nº 243, 19 de dezembro de 2006.